

Modelo Econômico imposto provoca recessão

“É o seguinte, na íntegra, o discurso feito pelo Ministro Dilson Funaro, ontem, no Seminário sobre Comércio e Dívida Externa, no Congresso dos Estados Unidos:

“Quero congratular-me com os promotores deste evento por sua iniciativa. Creio que nos estamos reunindo para debater as ligações entre dívida e comércio em um momento muito apropriado.

Necessitamos claramente procurar novos caminhos para sairmos da presente crise de comércio e de pagamentos. O modelo de ajuste imposto até recentemente aos países devedores foi concebido para garantir o serviço da dívida fosse qual fosse o custo para as economias dos países devedores. Esse modelo levava à recessão, à compressão das importações, à aceleração inflacionária e ao empobrecimento da população, provocando intranquilidade política e social.

Tais características levaram os países devedores, em muitos casos, a abandonar o modelo recessivo em favor de um modelo de crescimento econômico. Tornou-se evidente que, além da perda de renda real nos países devedores, a recessão causava uma perda de sua competitividade, na medida em que barreiras às importações e a falta de investimentos impediam as empresas industriais de adquirir tecnologia e novos equipamentos.

De nossa parte temos insistido que o crescimento econômico nos países devedores continua a ser a única solução para a crise do comércio e da dívida. Se por um lado esse ponto parece gozar hoje de ampla aceitação, parece também, por outro lado, haver alguma relutância na aceitação de suas consequências lógicas.

Para que os países devedores cresçam, eles devem aumentar seus níveis de investimento. Devem também expandir sua capacidade de importar. Isso significa que não podem continuar a utilizar seus superávits comerciais exclusivamente no pagamento de suas dívidas. Significa também que esses superávits devem ser reduzidos, para que sejam liberados recursos para investimentos e para permitir um aumento nas importações do equipamento e da tecnologia necessários para a sustentação do crescimento.

Como disse o Presidente Sarney em seu discurso no Congresso norte-americano, em setembro último, “teremos que passar a pagar menos por algum tempo, para podermos importar mais”.

É sólida a teoria econômica sobre a qual se baseia esse pronunciamento, mais im-

portações por parte dos países devedores significa maiores exportações por parte de seus principais parceiros comerciais. O crescimento econômico dos países devedores significa um aumento de sua capacidade de pagamento, e menos instabilidade no sistema financeiro internacional. Empresas desejosas de investir em países devedores contariam com menos incertezas, e com lucratividade maior. Os bancos internacionais veriam uma recuperação de seus créditos. Haveria uma expansão generalizada do emprego, da renda, do comércio.

Tanto de um ponto de vista legal quanto em uma avaliação política, encontramos razões insistentes para seguir o caminho que descrevemos acima. Não só os Governos, mas também empresas privadas, emprestam naturalmente grande relevância à manutenção de condições políticas e sociais estáveis. E dão muito valor ao fortalecimento de instituições e de sistemas legais, no plano interno de cada país ou no quadro internacional.

O que estamos debatendo não é meramente a adesão a eventuais modelos de ajuste econômico, ou a simples observância de regras contábeis ou de práticas de guarda-livros. Não estamos nem mesmo debatendo simplesmente a preservação de esquemas e procedimentos adotados nas últimas décadas para garantir a estabilidade econômica do mundo ocidental, e, em consequência, a estabilidade de seu sistema político. É da própria preservação desse sistema político que estamos falando. De qualquer forma, estamos no Brasil empenhados na defesa de nosso sistema político e de nossa recém-reestabelecida democracia. Salientamos em outras ocasiões que não podemos nos dar ao luxo de esperar até que haja uma completa e generalizada consciência do que está em jogo, e até que todos os participantes do processo concordem que nossa obrigação é fazer tudo o que for necessário para trazer a prosperidade para todos.

Depois de prolongadas e esforçadas tentativas de convencer racionalmente nossos parceiros, atingimos agora um ponto onde todas as partes envolvidas devem assumir suas responsabilidades. Também temos nossos acionistas. Eles são o povo brasileiro e totalizam 135 milhões. Nosso compromisso fundamental é com os 70 milhões deles que foram às urnas menos de um mês atrás, e que votaram pelas reformas que lhes haviam sido prometidas. Estamos política e moralmente submetidos a

nosso programa, elaborado sobretudo para atender às necessidades básicas dos mais pobres. Não podemos, simplesmente, em termos concretos, continuar a drenar de nossa economia os recursos necessários para financiar os investimentos que elevarão o nível de vida de nosso povo. É necessário que haja uma contrapartida para nossos esforços.

No ano passado o Brasil transferiu para o exterior recursos reais equivalentes, em termos líquidos, a 24% de sua poupança bruta. Estamos decididos a diminuir essa percentagem. Já caducou a estratégia de bombear para fora, apenas para garantir o pagamento de juros, “superávits” comerciais sem precedentes nas economias em desenvolvimento. Não se pode mais admitir que países devedores em desenvolvimento sejam exportadores líquidos de capital, nos níveis espantosos que vêm sendo registrados. Se a dívida é para ser paga, o custo de seu serviço terá de ser muito menor nos anos vindouros.

É importante que todos se deem conta de que a redução nos custos do serviço da dívida e o aumento nas importações dos países devedores são dois lados de uma mesma moeda. Creio que é disso que esta reunião trata, espero que este importante debate possa influenciar de modo positivo o atual tratamento da questão da dívida e, de modo muito particular, a atitude daqueles que têm um papel preponderante para colocar em equilíbrio o comércio e as finanças mundiais.

Enquanto isso, o Governo brasileiro estará procurando seus credores, e expondo suas posições nas linhas que esbocei aqui. Assim fazendo, estaremos sendo coerentes com nosso discurso, que não se baseia no abstrato. Refletimos as legítimas e prementes exigências de uma nação. Estamos preparados para negociar o que for negociável, e nessa categoria não se incluem o crescimento de nossa economia e a consecução de um nível de transferências compatível com esse crescimento. Não seremos dissuadidos, e não desistimos de nossos esforços até que alcancemos nossos objetivos.

Ainda não perdi a esperança de que o bom senso possa prevalecer, e de que teremos êxito em, conjuntamente, estabelecer uma interação positiva entre comércio e finanças, no interesse de todos. Desejo mais uma vez agradecer aos organizadores deste encontro por sua contribuição nesse campo.